

# Governo se empenhará para abrandar metas com o FMI

O Brasil deve promover uma nova renegociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI), para abrandar as metas do final de ano relacionadas com o déficit público nominal e uma expansão monetária maior a partir do início do próximo mês, tão-logo o governo tenha em mãos os resultados dos indicadores econômicos de junho.

Neste mês, o governo vai fazer o máximo possível de esforço para conseguir algum bom resultado, que lhe dê condições de negociação para abrandar as metas. Esse máximo de esforço significa tremendo arrocho monetário e de gastos do governo este mês, e naturalmente tentativa de um máximo de superávit fiscal.

Essas informações foram transmitidas, ontem, por um categorizado assessor, com responsabilidade na formulação da política econômica em vigor. Segundo ele, o novo estouro da meta monetária, no mês passado, quando houve expansão em vez de uma contração de 3,2%, levará inevitavelmente o Brasil a renegociar de novo com o FMI.

A fonte confirmou que, em setembro, o Brasil deve fazer a sexta carta de intenções ao FMI, conforme o Estado noticiou no mês passado. Essa nova carta fixará as intenções brasileiras com relação ao primeiro trimestre de 1985. Quanto às metas do último trimestre deste ano, serão renegociadas logo, já que os indicadores anuais, co-

mo expansão monetária de 50%, foram fixadas para o ano todo.

Explicou o assessor governamental que a alteração na meta do déficit público nominal se faz necessária porque houve o estouro da inflação. O governo e o FMI previram uma inflação entre 100% e 130%, mas ela persiste em 235%. No entanto, ressalvou, provavelmente não haverá mudança na meta do déficit público operacional, ou real. E essa meta é a que realmente importa, assinalou.

O senador Henrique Santillo (PDS-GO) disse ontem que pouco se deve esperar da reunião dos chefes de Estado dos países ricos, em Londres, aos quais os sete grandes endividados da América Latina fizeram chegar uma carta em que pedem respeito, oportunidade de diálogo construtivo, responsabilidade compartilhada e medidas concretas que aliviem a carga dessas dívidas.

Santillo assinalou que o documento significa importante passo para a luta por uma nova ordem econômica internacional, mas, a seu ver, os problemas somente serão resolvidos com uma articulação mais profunda entre os devedores, acrescentando, a propósito, que a moratória unilateral deixou de ser uma possibilidade remota para fazer parte da cogitação da América Latina. Assegurou que o Brasil, embora permaneça negando, "está preparado para a moratória unilateral".